

SESSÃO PLENÁRIA Nº 104 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED

1 Dia: 25 de novembro de 2024
2 Horário: 13:30h
3 Local: Auditório Secretaria de Educação
4 Ata nº 104/COMPED
5

6 **Conselheiros Presentes:** Eri Cristina dos Anjos Campos – Secretaria Municipal da Educação; Helen
7 Etienne Souza Grudtner – Secretaria Municipal de Assistência Social; Volsiú Waltrick – Secretaria
8 Municipal de Planejamento e Mobilidade Urbana; Patricia Lozeyco de Sá – Associação de Pais e Amigos
9 dos Surdos – APAS; Danyelle Ehlers – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Analeia
10 Terezinha Levitte – Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano – ADEVIPS; Elen Cristian
11 Guedes de Oliveira – Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano – ADEVIPS; Vanilda Antunes
12 Correa – Associação Serrana dos Deficientes Físicos – ASDF; Marcia Aparecida dos Reis – Associação
13 Serrana dos Deficientes Físicos – ASDF; Denise Paes Pereira – Fórum das Mulheres do Mercosul – FMM
14 Lages; Naiara Cristina Correa - Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Vanir Peixer Lorenzini -
15 Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC; Maria Eduarda Varela da Silva - Universidade do
16 Planalto Catarinense – UNIPLAC.
17

18 **Justificativas:** Anibal Antunes Ramos – PROGEM; Tiago Salcides Lugon – PROGEM; Alessandra Waltrick
19 Muniz – Secretaria Municipal de Saúde; Targino Lucrecio de Andrade - Associação de Pais e Amigos dos
20 Excepcionais – APAE.
21

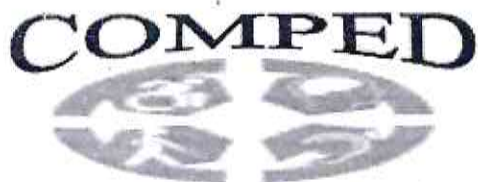
22 **Ouvintes:** Luciana Sans de Carvalho – Ministério do Trabalho; Marcia Maria Martins – Ministério do
23 Trabalho; Barbara Varela – CIEE; Fernando Wiggers – MPSC; Ana Paula Ferreira – Indusflora; Kelly Ap.
24 Souza – SINE Lages; Maisa C. V. da Silva – SINE Lages; Rosimara G. Campos – HISB; Karine de Oliveira –
25 COMID; Greice Lima – APAS; Fabiano Raulino Chaves – APAS; Aline Lidani – Tedesco; Suzana Duarte –
26 Procuradoria da Mulher/Câmara de Vereadores; Flavia Aparecida Rodrigues – Fruticultura Malke.
27

28 **Pauta:** Abertura; Aprovação da pauta; Aprovação da ata nº 103/2024; Auditoria Fiscal do Trabalho Sra.
29 Luciana Sans e demais convidados; Lei de Cotas, acessibilidade e inclusão de PCDs no Mercado de
30 Trabalho; Correspondências expedidas e recebidas; Agenda Livre.
31

32 **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos dias vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte quatro realizou-
33 se a sessão plenária ordinária do COMPED com início às treze horas e trinta minutos no Auditório da
34 Secretaria Municipal de Educação. Presidente Denise deseja boas-vindas aos presentes e coloca em
35 aprovação a Pauta e a ATA, os conselheiros aprovam a pauta e a ATA nº 103/2024. Na sequência Denise
36 agradeceu a Dra. Luciana e Márcia do Ministério Público do Trabalho, que atenderam o nosso convite e
37 ao Dr. Fernando, do Ministério Público de Santa Catarina, agradece também todas as instituições e as
38 empresas que que aceitaram o convite, cita a importância deste dia, porque precisamos debater algo
39 que há muito estamos falando em nossas plenárias e a definimos não discutir somente entre nós, mas
40 trazer outros atores que fazem parte desta política pública, relata sua gratidão em estar à frente deste
41 Conselho e de poder discutir alguns pontos em relação à inclusão das pessoas com deficiência no
42 mercado de trabalho, que é algo que ainda é falacioso, é fantasioso porque a inclusão de fato não
43 acontece, é algo que estamos buscando e brigando há muito tempo. Foi feita uma breve apresentação
44 dos presentes. Dra. Luciana assumiu a palavra, trazendo a visualização da força de várias pessoas

45 presentes na luta pelos direitos da pessoa com deficiência, e que queremos muito trazer a Semana
46 Inclusiva para Lages, querendo muito discutir mais a questão da empregabilidade para o ano de 2025 e
47 questão da inserção no trabalho da representante profissional; Fez uma contextualização do seu
48 trabalho no Ministério do Trabalho de SC, do trabalho em conjunto com a Federação das Indústrias -
49 FIES, que engloba o grupo Senai, Sesi, o processo de contratação, de cotas, de fiscalização, com a
50 Federação dos Hospitais, da sua participação no Encontro Catarinense de Hospitais. Em relação a Lei de
51 Cotas, trouxe a informação que 95% de todas as pessoas com deficiência, com carteira assinada, estão
52 nessas empresas obrigadas, ou seja, se não houvesse a Lei de Cotas, não estaríamos falando de inclusão
53 ainda, e que mais de 70% dos trabalhadores, estão em micro e pequenas empresas. Que as políticas
54 públicas eram feitas para nós sem deficiência e para eles com deficiência, a escola era diferente, o
55 trabalho era diferente, a gente tinha oficina protegida, por exemplo, era isso que era visto, a gente
56 chama isso de conceito médico, que já foi um avanço do conceito caritativo, que a pessoa com
57 deficiência era sequer vista como sujeito de direitos, mas objeto de caridade. Em relação ao aprendiz,
58 conforme legislação, não conta pra fins de cota de inclusão de pessoas com deficiência, se a empresa
59 tem que contratar pessoas com deficiência, é possível fazer um termo de compromisso com a
60 fiscalização para duração de dois anos, contratando os aprendizes com deficiência e após os dois anos
61 ele contrata esse trabalhador, sendo uma forma dela capacitar e manter. Trouxe ainda que a mãe do
62 conceito biopsicossocial da deficiência, a Dra. Nise da Silveira, conceito esse baseado em direitos
63 humanos, que substituiu o conceito médico, (existe um filme na Netflix – O coração da Loucura, que
64 retrata a sua história, uma história muito bonita) e que a partir disso, a avaliação da deficiência, quando
65 necessária, é realizada por equipe multiprofissional e olhando as barreiras, tanto aquelas
66 barreiras voltadas ao impedimento da pessoa, quanto as barreiras também sociais que essa
67 pessoa enfrenta, as restrições de participação, de funcionalidade. Então a empresa, quando vai
68 contratar uma pessoa com deficiência, ela tem que fazer um laudo para caracterizar que é uma
69 pessoa com deficiência. Apresentou alguns dados do Brasil e de Santa Catarina, que muitos dados estão
70 disponíveis no Radar SIT. Citou ainda a Lei de Licitações – Lei nº 14133/2021, que exige que todas
71 as empresas que contratem com a administração pública Federal, Estadual ou Municipal, que
72 contratem com o Executivo, Judiciário, Legislativo desde o edital de licitação, desde a entrada na
73 licitação até o último dia do contrato, tem que estar cumprindo a lei de inclusão de pessoas com
74 deficiência. Santa Catarina já tem essa lei desde 2016. Estamos com acordo com o Ministério Público de
75 Contas, que é o Conjunto Tribunal de Contas do Estado porque eles têm a relação de contratos feitos
76 pela administração pública e temos os dados sobre quem cumpre e quem não cumpre a legislação.
77 Destacou a importância do trabalho do SINE e questionou como está o sistema, se o sistema agora está
78 definitivamente resolvido a questão, porque tinha-se dois problemas: podia escolher a deficiência e se a
79 vaga é exclusiva para pessoa com deficiência. Kelly colocou que o sistema ainda está com problema,
80 permite que seja colocado se a vaga é exclusiva para deficiência, e se a empresa aceita a pessoa com
81 deficiência, qual a deficiência que a empresa aceita; temos uma normativa, que não podemos mais
82 preencher isso, mas isso não foi excluído do sistema. Luciana destacou a importância da semana
83 inclusiva, que nesta manhã esteve com a Prefeita eleita Carmen Zanotto, falando da semana inclusiva,
84 que hoje a tarde irá conhecer o Centro Serra, e que gostaria da parceria deste Conselho e de cada um
85 que se fez presente nesta reunião; que a Sra. Alice Kuerten confirmou a presença para a semana
86 inclusiva, que não é um evento e sim um movimento. Solicitou inserir ao grupo de whatsapp as pessoas
87 que estão na reunião. Denise pondera sobre a questão da diabetes tipo 1, e a luta para que a diabetes
88 seja incluída no rol de deficiências e citou ocorrido com um menino (diabético) que foi retirado da sala
89 de provas do ENEM, porque o sensor de insulina apitou, não conseguindo participar da aplicação da
90 prova; são inúmeras barreiras, inúmeras situações, que um simples sensor que monitora a saúde e que
91 existem pessoas não conseguindo fazer uma simples prova; que a deficiência tem uma amplitude tão
92 grande e muitas vezes ela é tão nociva às pessoas como um todo, não percebemos o quanto precisamos
93 discutir e falar sobre, e o mercado de trabalho está aqui, estas pessoas precisam trabalhar, ter a sua





CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA

94 independência. Conselheira Analeia destaca que em relação ao trabalho as pessoas correm atrás,
95 buscam, mostram quem são, que tem competências, mas o quanto é difícil provar isso, porque a pessoa
96 com deficiência precisa provar, sua competência, não é só ter, nós somos capazes de trabalhar em
97 cargos de gestão, em cargos superiores, mas os nossos currículos nunca são bons suficientes para estas
98 vagas, a barreira atitudinal é a principal que ocorre em Lages. Conselheiro Volsiu coloca que as
99 empresas precisam entender a partir do momento que ela tem a obrigatoriedade, que ela procure os
100 meios e nós como representantes, o conselho, as entidades, temos este papel de auxiliar a
101 entender qual é a realidade necessária, porque, às vezes, uma única rampa ou uma adaptação de uma
102 porta ou de um balcão, de um equipamento pode ser suficiente para nós, que existe a possibilidade da
103 flexibilidade. Suzana ressalta que precisamos que tentar instruir os donos de empresas, o coletivo, que
104 não é tudo de uma vez só, que as adaptações podem ir acontecendo aos poucos, mas acima de tudo
105 precisamos trazer as pessoas para o trabalho, proporcionando as condições mínimas de trabalho.
106 Conselheira Ellen destaca questões referentes ao CID. Conselheira Patricia pondera sobre a comunidade
107 surda e a importância de língua brasileira de sinais, e possibilidade de comunicação através do
108 interprete de libras. Presidente Denise mais uma vez agradeceu a presença das empresas que estiveram
109 na plenária, pois poucas empresas se propõem a sentar, a discutir, e sugere notificar as empresas,
110 inclusive as grandes empresas, pois suas matrizes não são do município de Lages, que temos o COMPED
111 desde 2010, são quatorze anos de história, nesse sentido Volsiu complementa o trabalho importante da
112 ASDF, há vinte e oito anos está nesta luta. Rosimara vê uma das maiores dificuldades que nós, enquanto
113 PCDs, e hoje, enquanto supervisora do RH do HISB, a dificuldade que a gente tem de
114 atingir, de conseguir um cargo de supervisão, citou que no hospital, atualmente tem em torno de 12
115 PCDs, 4 são em cargo de supervisão, temos a preocupação, enquanto RH, de enquadrar, onde cada um
116 consiga desempenhar a sua função da melhor forma, dar resultado, e ao mesmo tempo que a pessoa se
117 sinta valorizada.

118
119 **Correspondências Expedidas:** Ofício nº 040/2024/COMPED para Uniplac; Ofício nº 041/2024/COMPED
120 para Unifacvest; Ofício nº 043/2024/COMPED para Mercado Público; Ofício Circular nº 014 ao nº
121 039/2024/COMPED – convites para Plenária de Novembro.

122
123 **Correspondências Recebidas:** Ofício 547/2024 do Pacto pela Aceleração Territorial; Ofício
124 165/APAS/2024 da APAS; Email Rotary; Email de justificativa da Conselheira Alessandra.

125
126 **Agenda Livre:** Não houve.

127
128 Nada mais havendo a tratar Denise encerrou a reunião, eu Josiane Cristine de Souza lavrei a presente
129 ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de atas.

130 *Anelise Terzino Luthi, Daniela Antunes Correa*
131 *Marcia Ap dos Reis, Maria Eduarda Varela de Sa*
132 *Noite Com / Men Com Sucesso de*
133 *Josian P. Kowatzki, Eli Cristina dos S. Lopes, Danyelle Elias*
134 *Hellen Catherine Souza Guidner*
135 *Patricia Bezerra de Sa*
136 *Denise Paes Pereira*
137 *Presidente COMPED*
138
139
140